



**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

Curso de Licenciatura em Antropologia

**Percepções sobre a manutenção da ordem e segurança pública num bairro da  
cidade da Matola**

Autor:

Arsénio Paulo Simango

Superviora:

dr<sup>a</sup>: Margarida Paulo

Maputo, Dezembro de 2015

**Percepções sobre a manutenção da ordem e segurança pública num bairro da cidade da Matola**

Autor

---

Arsénio Paulo Simango

Trabalho de Culminação de Estudos apresentado na modalidade de projecto de pesquisa, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

A Supervisora

Presidente

Oponente

---

Maputo, Dezembro de 2015

### **Declaração de honra**

Declaro que este projecto constitui o resultado da minha investigação, nunca foi apresentado, parcial ou integralmente, em nenhuma instituição para obtenção de qualquer grau académico, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas.

Maputo, Dezembro de 2015

---

Arsénio Paulo Simango

## **Dedicatória**

Dedico este projecto de pesquisa a Deus meu defensor, por me ter dado força para alcançar este objectivo. A meu pai Paulo Simango que cedo partiu para o mundo do além, paz à sua alma. A minha mãe Verónica José Siteo, por me ter trazido ao mundo e que tanto me incentivou a continuar com os estudos, fazendo de tudo para que o meu sonho de ter uma formação superior se tornasse uma realidade.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar e em especial atenção, o meu kanimambu (obrigado) à dr<sup>a</sup> Margarida Paulo que sempre esteve aberta para apoiar-me, encorajando e mostrando os caminhos a seguir na elaboração do projecto, ao longo do trabalho de campo e na elaboração deste trabalho de forma a ter os resultados aqui apresentados. A riqueza da sua experiência académica me permitiu reflectir sobre a questão da ordem e segurança pública.

Aos docentes da FLCS em particular aos do DAA, Emídio Gune, Hélder Nhamazi, Danúbio Lihaha, Johane Zonjo, Fernando Manjate, Sónia Seuane, Sandra Manuel, Margarida Paulo e Esmeralda Mariano, que cientificamente moralizaram-me e acompanharam os meus estudos direccionando-me ao uso de ferramentas científicas úteis para a percepção e interpretação da realidade social.

Aos residentes do bairro da Matola “A” e aos agentes da PRM, por terem cedido o seu precioso tempo recebendo um estranho nas suas residências e gabinetes e facultando informações necessárias para o meu trabalho. Aos que directa ou indirectamente deram auxílio material e moral para a concretização deste trabalho.

Aos meus irmãos, Elisa, Adérito, Fulgêncio, Paulo e João; meus sobrinhos Erquídio, Érica e Keny; minhas filhas Darlene e Ivanília e a minha companheira Ivone Matusse que por vezes andei distante deles pela busca de conhecimentos científicos e espero que nunca desistam dos seus sonhos.

Por fim agradeço aos meus colegas de turma de Licenciatura em Antropologia do ano 2011, em especial a Shilla Marrengula, Jorge Mutâmpua e Issufo Muhamad, pelo seu bom senso durante as aulas. Ao meu grupo de estudo Michel Zango, Celeste Tivane, Sisínio Invuta, Jacinto Massingue e Quino Ferreira, pelo companheirismo nos bons e maus momentos e Eusébio Langa, Rachid Auasse, Tomás Buque, Almeida Pumuli, José Pembelane, Gabriel Porota, Luisa Mabjaia, Vicência Moiane, Anifa Vilanculos, Simão Machagane e outros, que juntos caminhamos na busca de conhecimentos científicos.

O meu muito obrigado.

## **Lista de abreviaturas**

BAU – Balcão de Atendimento Único

CRM - Constituição da República de Moçambique

INE – Instituto Nacional de Estatística

MINT – Ministério do Interior

OSISA – Open Society Initiative for Southern Africa

PC – Policiamento Comunitário

PEPRM – Plano Estratégico para a Polícia da República de Moçambique

PIC – Polícia de Investigação Criminal

PP – Polícia de Protecção

PPM – Procuradoria Provincial de Maputo

PRM – Polícia da República de Moçambique

PRSSFMI – Proposta de Redimensionamento do Sistema de Serviços de Forças e Meios

SPIC – Serviços Provinciais de Identificação Civil

TPM – Tribunal Provincial de Maputo

UNICRI – Instituto Internacional das Nações Unidas para Pesquisa sobre o Crime  
Justiça

## **Resumo**

O presente estudo subordina-se ao tema *Percepções sobre a manutenção da ordem e segurança pública num bairro da Cidade da Matola*. O trabalho tem por objectivo analisar as percepções dos residentes da Matola “A” sobre a criminalidade. Para a recolha de dados, o estudo priorizou o método etnográfico que foi acompanhado pelas técnicas de observação directa e entrevistas semi-estruturadas.

O estudo procura também analisar os processos de prevenção e combate à criminalidade. Sendo a criminalidade um problema social, do ponto de vista teórico, ao ser estudado e compreendido, pode ajudar as instituições de controlo social a traçar estratégias cada vez mais eficazes para o seu combate.

A pesquisa constatou que o fenómeno de criminalidade existe no meio social, sendo necessárias as formas de prevenir e combater para garantir a segurança de pessoas e seus bens. Os residentes da Matola “A” percebem a criminalidade como uma acção maligna que necessita da acção policial, havendo necessidade de sua colaboração, pois, os mesmos vivenciam esse mal no seu dia-à-dia. A polícia e os moradores sentem que devem estar em união de modo a trocarem informações, denúncias e juntos traçarem planos que ajudam a combater a criminalidade.

**Palavras-chave:** Criminalidade, polícia, ordem e segurança pública.

## INDICE

Declaração de honra.....	i
Dedicatória .....	ii
Agradecimentos .....	iii
Lista de abreviaturas .....	iv
Resumo.....	v
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO .....	1
1.1. <i>Problemática</i> .....	2
1.2. <i>Justificativa</i> .....	3
Fig.1: Mapa da cidade da Matola. ....	4
1.4. <i>Objectivos geral e específicos</i> .....	5
CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA.....	6
2.1. <i>Criminalidade no mundo</i> .....	6
2.2. <i>A polícia como instituição de controlo</i> .....	10
2.3. <i>Criminalidade em Moçambique</i> .....	11
CAPÍTULO 3: DISCUSSÃO METODOLÓGICA .....	14
3.1. <i>Técnicas de pesquisa de campo</i> .....	14
3.2. <i>Constrangimentos e limitações do estudo</i> .....	15
CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	17
4.1. <i>Perfil dos entrevistados</i> .....	17
4.2. <i>Prevenção e combate a criminalidade</i> .....	18
4.3. <i>Relações de inter-ajuda polícia e comunidade</i> .....	26
4.4. <i>Papel da polícia na manutenção da ordem e segurança pública</i> .....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXO.....	42

## CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A criminalidade é um fenómeno que existe em todas as sociedades e é concebido como “fenómeno social normal” (Durkheim, 1995). Em Moçambique a criminalidade para além de ser um problema de ordem económica relacionado aos estágios incompletos do desenvolvimento, é também um problema de justiça social Maloa (2012) numa sociedade em que não se reconhece o outro como sujeito de direitos, facto que leva diversos grupos sociais, principalmente os desfavorecidos a sentirem-se excluídos.

O fenómeno criminalidade preocupa toda sociedade, o que leva alguns autores como Cusson (2007) a questionar “será possível haver um único dia sem notícias sobre fraude, um assalto, uma violação? Quem consegue escapar hoje, à informação sobre crime?”

A globalização tecnológica dos meios de comunicação dissemina informações sobre a criminalidade, Paulino (2003) e essa extensão mostra-se cada vez mais célere nos dias actuais devido ao avanço das tecnologias de informação e computação, o que faz com que se internacionalize a prática de actos criminais.

As reflexões acima demonstram que a sociedade vive com a criminalidade “como um fenómeno social normal,” tal como sustenta Durkheim (1995) ao defender a normalidade e funcionalidade do crime, olhando nas desigualdades sociais, que resultam na exploração do homem pelo homem.

Segundo o relatório anual do MINT (2008b), em Moçambique verifica-se uma diversidade criminal agrupada em crimes contra vida de pessoas, crimes contra a propriedade e crimes contra a ordem e segurança pública. Este trabalho subordina-se ao tema “Percepções sobre a manutenção da ordem e segurança pública num bairro da cidade da Matola.

Este estudo tem como objectivo central analisar as percepções dos cidadãos sobre a criminalidade. Constituem objectivos específicos: i) Perceber as actuações da polícia no combate a criminalidade; ii) Captar os níveis de confiança da população na polícia e iii) Identificar as causas da criminalidade.

Este estudo está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, que retrata o objectivo geral e os específicos, a problemática, a justificativa e a delimitação da área de estudo.

No segundo capítulo, apresentamos a revisão da literatura e a definição de alguns conceitos. No terceiro capítulo apresentamos a metodologia usada na colecta e análise de dados da pesquisa. No quarto capítulo analisamos os resultados da pesquisa e por fim no quinto capítulo apresentamos as considerações finais.

### *1.1. Problemática*

Moçambique é um país que demonstra avanços sociais e económicos, necessitando de capital humano policial qualificado para garantir a segurança de pessoas e seus bens.

A causa basilar da criação da Polícia da República de Moçambique (PRM) é a prevenção e o combate a criminalidade, entendida sob o ponto de vista de toda a acção contrária a lei. De acordo com a Constituição da República de Moçambique, CRM (2004), a polícia em colaboração com outras instituições do Estado, tem como função garantir a lei e a ordem, salvaguardando a segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de direito democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

A PRM encontra-se numa situação de extrema carência de efectivos e de recursos com aproximadamente 100 agentes da polícia para cada cem mil habitantes, uma das taxas mais baixas a nível mundial OSISA *at al.* (2012: 23), situação que dificulta a actividade de manutenção da ordem e segurança pública, pois, não existe uma proporcionalidade directa entre o crescimento populacional e o aumento ou formação do efectivo policial no país.

A polícia não faz uma total cobertura do território nacional. Os comandos, esquadras e postos policiais existentes são numericamente inferiores às necessidades, com efectivos exíguos, meios materiais e financeiros escassos e, em muitos casos, o seu pessoal possui baixo nível académico e profissional (UNICRI 2003: 6).

Como forma de preencher as lacunas no que diz respeito à segurança pública, o Ministério do Interior (MINT) adoptou em 2001 o Policiamento Comunitário (PC) Alberto (2014) de modo a responder à situação do aumento da criminalidade nos bairros

periféricos, das violações de direitos humanos e do estreitamento das relações entre a polícia e a comunidade, na garantia da ordem e segurança pública.

Neste contexto, propomos as questões de pesquisa:

- Que percepções os moradores do bairro da Matola “A” têm sobre o modo como a polícia combate a criminalidade?
- Que relações existem entre os cidadãos e a polícia?
- Quais as causas da criminalidade?

### *1.2. Justificativa*

O fenômeno da criminalidade é visto e interpretado sob o ponto de vista sociológico, havendo necessidade de se estudar a criminalidade sob o ponto de vista de quem vivencia o fenômeno no dia-a-dia adotando a perspectiva antropológica.

Sob o ponto de vista teórico pretende-se analisar as percepções dos cidadãos sobre a criminalidade. Esse estudo é importante na medida em que procura analisar os processos de combate à criminalidade e sendo a criminalidade um problema social, ao ser estudado e compreendido, o estudo pode ajudar as instituições de controle social, tais como: o Ministério do Interior, o Ministério Público, entre outras, a traçar estratégias cada vez mais sofisticadas para o seu combate.

Porque existem diversos factores (políticos, económicos, ecológicos, conjugais) associados à criminalidade, há necessidade de se efectuar estudos de casos de forma a ajudar as instâncias de controlo social a criar mecanismos que visam a minimizar a ocorrência deste fenómeno aliado ao crescimento urbano. Alguns estudos mencionados pelos clássicos da Escola de Chicago sobre a antropologia urbana mostram dados ligados ao desenvolvimento urbanístico que condicionam a criminalidade. Park (1936), um dos estudiosos da Escola de Chicago aponta a necessidade de estudar o “outro” como forma de compreender o fenómeno criminal, analisando o surgimento das favelas, no caso de Brasil, que acaba criando espaço para a violência devido à desorganização das cidades e conseqüentemente a quebra de relações sociais.

### 1.3. Área de estudo

A cidade da Matola é a área escolhida para este estudo, por ser um dos maiores centros urbanos de Moçambique, tem o maior parque industrial da Província de Maputo. Segundo dados do III censo populacional (2007), a Matola possui uma superfície de 375 Km<sup>2</sup> com uma população de 672.508 habitantes e cuja densidade populacional é de 2002 habitantes/Km<sup>2</sup> (INE 2007).

Do número total dos habitantes alguns são nativos daquele município e outros provêm de outras zonas do país, assim como a existência de alguns estrangeiros. A Matola faz limites com os Distritos de Moamba e Marracuene a Norte; Estuário da Baía Espírito Santo a Sul; Boane a Oeste e Cidade de Maputo a Este, (PRSSFM, 2010: 9).

O bairro da Matola “A”, sendo a área que mais nos interessa analisar tem como limites o bairro Luís Cabral a norte; Matola Rio a sul, baía de Maputo a este e a oeste os bairros da Matola “C”, Matola “F”, Fomento e Trevo. Tem uma superfície de 9Km<sup>2</sup> com 28.873 habitantes e 55 quarteirões.

**Fig.1: Mapa da cidade da Matola.**



Fonte: INE. 2007

A área identificada de verde é o parque industrial da Matola, inserido na zona residencial, área jurisdicional da 1ª Esquadra da Matola (Bairro da Matola “A”).

#### *1.4. Objectivos geral e específicos*

##### *Geral:*

- Analisar as percepções dos cidadãos sobre a criminalidade.

##### *Específicos:*

- Perceber as actuações da polícia no combate a criminalidade.
- Captar os níveis de confiança da população na polícia.
- Identificar as causas da criminalidade.

## CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo discute alguns estudos sobre a criminalidade a nível internacional e nacional. A revisão da literatura enfatizou os resultados obtidos nos estudos acerca da criminalidade e as estratégias adoptadas para a manutenção da ordem e segurança pública.

### *2.1. Criminalidade no mundo*

O estudo realizado pela OSISA *et al.* (2012) mostra a existência de vários factores sociais aliados a criminalidade, isto é, as desigualdades sociais, partindo pelos de ordem económica, política, religiosa, cultural, que consistem segundo Rousseau (1754: 39) “nos diferentes privilégios de que gozam alguns homens com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles.” E vê as instituições de controlo formal como sendo frágeis no seu funcionamento, perdendo desta forma a credibilidade por parte da população que acaba recorrendo a justiças alternativas (tribunais comunitários) e/ou justiça com as próprias mãos.

O fenómeno da criminalidade em Antropologia pode ser interpretado a partir da análise do comportamento desviante, pois, na perspectiva de Velho (1985: 17) a ideia de desvio de um modo ou de outro implica a existência de um comportamento “médio” ou “ideal”, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social.

Velho (Idem), no seu estudo mostra que os indivíduos são desviantes de acordo com os contextos onde se encontram inseridos, em determinados contextos os indivíduos podem se comportar de acordo com os respectivos padrões culturais e noutros serem desviantes, desta forma conclui que “o desviante é um individuo que não está fora da sua cultura, mas que faz uma leitura divergente. Ele poderá estar sozinho como um desviante secreto ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante (Idem: 27).”

Giddens (2001), posicionando-se nas ideias de Durkheim (1995) argumenta que a “normalidade e funcionalidade do crime”, são como factos sociais. Giddens (Idem: 205)

afirma que “o crime e desvio” são elementos inevitáveis e essenciais das sociedades modernas. Na sua perspectiva, as pessoas no mundo moderno sentem-se menos coagidas do que nas sociedades tradicionais. Por esta razão existem mais margens de manobra para a liberdade de escolha nas sociedades modernas, tornando-se assim inevitável que exista algum inconformismo. Giddens (Idem: 218) conclui que os contextos em que certos tipos de actividades são considerados criminosos e puníveis por lei são muito diversificados, o que está certamente relacionado com questões de poder e de desigualdade no interior da sociedade.

Velho (1985) ao falar de contextos sociais como influenciadores do desvio, comunga as mesmas idéias com Giddens (2001: 218), referente à aprendizagem social da criminalidade, pois, este autor sustenta que o facto de alguém se envolver em actos criminosos ou começar a ser tratado como criminoso é algo influenciado de forma determinante pelos contextos e pela aprendizagem social.

Na perspectiva culturalista de Benedict (2000: 26), “o homem não é obrigado, pela sua constituição biológica, a obedecer em pormenor a qualquer variedade particular de comportamento. A cultura não é um complexo que seja transmitido biologicamente.” Esta perspectiva evidencia que a cultura resulta dum convívio em sociedade e é transmitida de geração para geração, sendo que os indivíduos aprendem diversas formas de agir no meio social.

Durkheim (1995) constatou a normalidade e funcionalidade do crime. A normalidade para este autor deve-se à sua universalidade, ou seja, o crime é um fenómeno que se observa em todas as sociedades, por ser cometido regularmente, não sendo um fenómeno patológico. Daí que considera-no como uma ruptura da consciência colectiva, razão pela qual o criminoso sofre uma punição pela lei penal. Durkheim (Idem) defende a necessidade e utilidade do crime como factor de reafirmação da solidariedade colectiva expressa na condenação ritual do criminoso. Para este autor, todos os indivíduos independentemente do agrupamento social, devem respeitar a vida, a propriedade e a honra de seus semelhantes, sendo que na falta do cumprimento dum desses elementos, considera-se a existência dum crime.

Merton (1938) explica a criminalidade através da estrutura social que gera as circunstâncias que levam os indivíduos a infringir as normas sociais. Para Merton

(Idem) a sociedade define metas para a vida, mas não oferece meios e em função disso quando há desfazamento entre a estrutura cultural e social surge o desvio. Isto porque os indivíduos estão numa situação específica que os tornam susceptíveis a reagirem de tal forma.

Park (1936), afirma que a criminalidade é algo que não é determinada pelas pessoas, mas sim pelo grupo a que pertencem, pressupondo que o comportamento humano é moldado e limitado pelas condições sociais presentes no meio físico e social. Este autor prende as suas atenções à ecologia humana, imputando responsabilidade da criminalidade ao crescimento das cidades e a quebra dos processos de socialização primitiva sob influência do ambiente urbano.

De acordo com Lores *et al.* (2008), os motivos da criminalidade estão ligados ao desamparo, a frustração e necessidades económicas, o que leva os respectivos familiares a defenderem que seus filhos cometem crimes devido a falta de ocupação, isto é, desemprego e falta de condições sociais se não o mau companheirismo. Lores *et al.* (Idem) argumentam que a criminalidade como fenómeno social, aparece desde o surgimento da humanidade e concluem que as leis e normas morais e sociais existentes na sociedade servem para regulamentar as vivências sociais.

Para Zaluar (2004), o crime organizado, atravessa classes sociais, tem organização empresarial e não sobrevive sem apoio institucional das agências estatais incumbidas de combatê-lo. “Para compreender o aumento da violência é preciso, atentar para a participação de policiais e outros actores políticos nessa rede criminosa, para a lógica interna aos grupos criminosos e para os grupos de extorsão formados por policiais (Idem: 31)”.

O estudo de Oliveira (2005) relaciona a criminalidade com o tamanho das cidades brasileiras, onde procura entender, através da conexão dos determinantes da criminalidade com o tamanho das cidades, os factores determinantes para que um indivíduo cometa o crime.

Para Madeira (2003), a Escola de Chicago lança na década de 1920, o seu estudo para as cidades, vistas como palcos para a proliferação da criminalidade, pois, neste período o crescimento acelerado de algumas cidades americanas passou a dificultar a vida da

população, principalmente os emigrantes. Seguindo nessa idéia, o crescimento do parque industrial condiciona o desenvolvimento das cidades, cria diferenças entre as pessoas no que diz respeito a oportunidades de emprego, pois, nesta fase existe maior competitividade para acesso ao bem estar, daí que os que não conseguem ter acesso a melhores condições de vida sentem-se excluídos e optam pela criminalidade como forma de atingir os seus objectivos, sem necessariamente seguir os caminhos legais. Desta forma a Escola de Chicago, conclui que a cidade é seu laboratório de análise criminal e relaciona o crime aos ambientes e suas formas de ocupação e organização.

Na mesma perspectiva de Madeira (Idem) sobre a Escola de Chicago, encontramos Oliveira (2005) e Park (1936) este um dos expoentes da escola de Chicago, que olham no crescimento das cidades, desigualdades sociais, competitividade ao mercado de emprego e acesso a habitação como factores que condicionam a criminalidade.

Neste caso, constata-se que o comportamento desviante ou criminoso é uma espécie de reacção individual perante a ausência de normas sociais ou conflito em torno das mesmas. Assim, Lemgruber (2001), procurando explicar as causas do crime, sustenta que não é fácil trazer explicações para violência e crime, daí que deve se evitar cair nas armadilhas de generalizações. Não existe crime no singular. Há uma diversidade imensa de práticas criminosas, associadas a dinâmicas sociais muito diferentes. Por isso não faz sentido imaginar que seria possível identificar apenas uma causa para o universo heterogêneo da criminalidade.

Os estudos de Benedict (2000), Durkheim (1995), Giddens (2001), Lemgruber (2001) e Velho (1985), levam-nos a concluir que a criminalidade é um fenómeno que deve ser vivenciado e compreendido no concreto, sendo necessário o seu estudo, pois, contém no seu todo um “sentido objectivo, expressivo e documental (Mannheim 1951).” A criminalidade tem um significado na sociedade e ocorre dentro dum determinado espaço e tempo.

Desta forma, as instituições de controlo social são necessárias para ajudar a combater a criminalidade que cria perturbação aos residentes da Matola “A”. Daí que encontramos a polícia, ligada directamente à população no combate contra os actos criminais, que é o foco de abordagem nesta pesquisa, pois, não podemos falar da criminalidade sem mencionar esta instituição.

## 2.2. A polícia como instituição de controlo

Na perspectiva histórica do Brasil, Mello *et al.* (2004), argumentam que a polícia enquanto instituição do Estado sempre existiu dissociada da sociedade, pois, desde a antiguidade onde a polícia encontra sua origem, esta tinha como mérito proteger o Estado contra o cidadão revoltoso, daí que ela “tem que se abster da sociedade rebelde que poderia contaminá-la ou poluí-la” (Idem: 72).

Mello *et al.* (Idem), vão mais além ao sustentar que esta situação induz a que a polícia enquanto organização se centre em desenvolver actividades de cariz combativa, como seja o combate ao crime “strictus sensus”, sendo que é também por essa actividade que a polícia é definida e julgada pela população, pois, os indivíduos concebem a polícia como uma organização que visa exclusivamente combater o crime.

A visão mais popular da polícia segundo Giddens (2001) é a de constituir o principal suporte da manutenção da lei e ordem, defendendo a soberania e a integridade da população. Mas o papel da polícia não é linear que a existência de um maior número de polícias se traduza necessariamente numa diminuição dos níveis do crime, (Idem: 224).

Paixão e Beato (1997) dizem que a manutenção da ordem social, é algo que se encontra intimamente ligada à própria noção do Estado enquanto elemento catalisador das instituições formais de controlo social, na medida em que diz respeito exclusivamente ao Estado o monopólio da violência, que é efectivado em parte pela polícia.

Para Macata (2011) a polícia é vista como principal órgão de controlo e/ou repressão ao crime a qual cabe a função formal e legal de manter a ordem e tranquilidade pública, e os indivíduos que vivenciam quotidianamente o crime.

A PRM tem a principal tarefa de prevenir e combater a criminalidade, entendida sob o ponto de vista de toda a acção contrária a lei. De acordo com a Constituição da República de Moçambique (2004) no seu artigo 254º, a polícia em colaboração com outras instituições do Estado, tem como função garantir a lei e a ordem, salvaguardar a segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de direito democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

### *2.3. Criminalidade em Moçambique*

Olhando para o contexto moçambicano, Brito (2002), analisa a origem e condição sociais dos delinquentes. Neste estudo, argumenta que a origem e condição sociais dos delinquentes ligado a factores como a imigração e desemprego, não devem ser considerados como principais para serem responsáveis pela criminalidade. Segundo Brito (Idem: 30), há dois tipos de delinquência tendencialmente distintos: um ligado à exclusão social, a falta de qualificações profissionais e de emprego, que se exprime na pequena delinquência de “subsistência” e outro parece mais ligado à ambição de riqueza e bens materiais e se exprime nas formas mais graves e violentas de crime, com particular destaque para os assaltos à mão armada e o roubo de viaturas. Brito (Idem) conclui que as delinquências em Maputo são bipolarizadas em delinquência de “subsistência” e de “ambição de riqueza e bens materiais.”

O inquérito realizado pela UNICRI (2003) sobre a vitimização com o objectivo de colher percepções sobre as experiências do crime no âmbito do Plano Estratégico da PRM, aponta para os crimes contra a propriedade sendo os que ocorrem numa escala elevada e com enfoque aos roubos que materializam-se devido a falta de melhores sistemas de segurança nas residências.

Os roubos e as tentativas de roubo nos domicílios são mais frequentes em Moçambique, em comparação com as capitais dos seis (6) países vizinhos. O valor médio dos bens roubados é inferior a 300 Meticais (cerca de 13 USD). Uma razão para a elevada incidência de roubos nos domicílios será a falta de fechaduras apropriadas nas portas das casas e de outros meios de dissuasão (Idem: 8).

Este estudo conclui que o índice de crimes cometidos é elevado em relação às participações feitas pela população à polícia, sendo que o problema do crime é visto como dinâmico com diferentes percepções de região a região.

Para Chauque (2011), a criminalidade é motivada por um conjunto de variáveis que o criminoso toma em conta antes de praticar o acto criminal e é decidido pela necessidade de ganhar dinheiro.

Desta forma, os criminosos têm feito antes uma escolha racional pautando pela avaliação da relação entre meios e fins para que de forma eficaz possam concretizar

seus objectivos práticos. “No concreto roubam viaturas com o intuito de comercializar e ganhar um dinheiro rápido para melhorar as suas condições de vida ou dos seus familiares (Cháuque Idem: 48)”.

O estudo de Paulino (2003) mostra como se manifesta o crime organizado em Moçambique, as ligações que tem além fronteira. Diz que Moçambique é alvo dos crimes transnacionais com impacto económico e que envolve figuras altas do governo incluindo polícias, mas existem elementos de boa fé no ramo policial que se preocupam em combater esses crimes, havendo sempre uma dificuldade, pois, acabam encontrando limitações a nível das instituições. Paulino (Idem) conclui que o combate à criminalidade requer que todas as forças, ligadas a manutenção da lei e ordem estejam unidas, se necessário os Estados podem colaborar para estancar a onda de crimes organizados, visto que a maior parte destes está ligada à economia e tem ligações internacionais.

Mosse (2006), analisando as actuações dos agentes da Polícia de Investigação Criminal (PIC), sustenta que por vezes os agentes da PIC, desencaminham o trabalho iniciado pelos agentes da Polícia de Protecção (PP), pois, estes têm a missão de avançar com a instrução preparatória dos processos crime iniciados pela polícia de protecção. Para Mosse (Idem: 19-20) os investigadores da PIC muitas vezes violam o segredo de justiça a troco de poucos milhões de Meticais. São subornados para apagar pistas, desviar o curso correcto de uma investigação. Muitas vezes, quando chega uma denúncia, os agentes da PIC usam a informação para extorquir dinheiro dos visados pela queixa, através da chantagem. Desta forma Mosse (Idem), conclui que existe uma relação entre criminoso e polícia, essa inter-ajuda de quebrar o segredo da justiça tem como recompensa um benefício em ambas as partes, em prejuízo do outrem.

Os estudos de Paulino (2003) e Mosse (2006) são de dimensão importante nesta pesquisa por trazer uma visão relacionada aos contornos da criminalidade, e às actuações da polícia no combate a criminalidade em Moçambique.

Controvérsias são verificadas no contexto moçambicano devido às reincidências criminais causadas por falta de controlo dos criminosos através dum banco de dados e solturas por parte dos tribunais, pois, de acordo com o Comandante da Polícia em Sofala, (Notícias da Televisão Miramar de 19 de Maio de 2015); “a polícia passa o

maior tempo a perseguir os mesmos indivíduos no cometimento de crimes, pois, estes são concedidos liberdade provisória através do termo de identidade e residência e pagamento de caução, mas antes de cumprirem o tempo voltam a cometer crimes”, o que leva os populares a desconfiar da existência de conivência entre os agentes da PRM e criminosos.

Para Oliveira (2003: 253), “esta interpretação, a ineficiência dos aparelhos policial e judicial prejudicaria o combate à criminalidade, estimulando a resolução de conflitos por meios extralegais, debilitando as formas democráticas de mediação de atritos.”

### CAPÍTULO 3: DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Este estudo foi realizado com base na pesquisa qualitativa com carácter descritivo usando o método etnográfico. Segundo Minayo e Sanches (1993), o uso da abordagem qualitativa permite ao investigador explorar a subjectividade do objecto, o mundo dos significados, das acções e relações humanas e os aspectos que escapam através da revisão da literatura (pesquisa documental).

Para Mailinowski (1978: 34), estudar as instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjectivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é, a essência de sua felicidade é, perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem.

O uso da etnografia como método adoptado nesta pesquisa deve-se a possibilidade que oferece na realização de pesquisa baseada no contacto directo com os actores sociais. Este método é acompanhado pelo *método monográfico* ou *estudo de caso*, que consiste segundo Andrade (2006: 135) no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades com a finalidade de obter generalizações.

#### *3.1. Técnicas de pesquisa de campo*

A pesquisa foi realizada na cidade da Matola, concretamente no bairro da Matola “A”, área jurisdicional da 1ª Esquadra da PRM – cidade da Matola, por ser uma área com maior aglomerado populacional e que detém maior número de instituições económicas de natureza pública e privada, e obedeceu duas etapas: a primeira é a formulação do problema que obedeceu a técnica de revisão de literatura, que segundo Silva e Menezes (2001), consiste na colecta de informação e de dados sobre determinado assunto e que estão dispostos na literatura sobre o assunto em causa, ou na diversa literatura relacionada. A segunda foi o trabalho de campo aliado a observação directa do quotidiano dos agentes da PRM, onde procuramos perceber o percurso das suas actividades de manutenção da ordem e segurança pública e as entrevistas semi-estruturadas dirigidas aos residentes do bairro.

A observação directa trata-se de um método no sentido restrito, baseado na observação visual, Quivy e Compenhoudt (1995) que visa captar os comportamentos dos actores sociais no momento em que ocorram, dando possibilidade ao pesquisador de vivenciar os factos pessoalmente no espaço e tempo concreto. Segundo (Idem: 196) a observação directa é vantajosa porque garante a apreensão dos comportamentos e dos acontecimentos no próprio momento em que se produzem sem usar palavras. Além das vantagens, esta técnica apresenta as seguintes desvantagens: as dificuldades frequentemente encontradas para se ser aceite como observador pelos grupos em questão, (Idem: 199). Ainda a dificuldade em registar acontecimentos no momento em que ocorrem e posterior interpretação.

As entrevistas semi-estruturadas são uma técnica de comunicação e interacção humana Quivy e Compenhoudt (Idem: 190-1) que permitem ao pesquisador colher dados através das informações dos entrevistados e que servem de matéria para análise e são compostas por um guião previamente preparado de questões, abrindo espaço para a colocação de outras questões durante a conversa com o entrevistado. Esta técnica apresenta como principais vantagens, “o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos e a flexibilidade e fraca directividade do dispositivo que permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referências, a sua linguagem e as suas categorias mentais” (Idem: 193).

Por outra, as entrevistas semi-estruturadas apresentam as seguintes desvantagens: “a flexibilidade do método pode intimidar aqueles que não conseguem trabalhar com serenidade sem directivas técnicas precisas. Inversamente, outros podem pensar que esta relativa flexibilidade os autoriza a conversarem de qualquer maneira com os interlocutores, (Idem: 193)” e a dificuldade dos entrevistados em cederem às entrevistas por fraco conhecimento do fenómeno em estudo.

### *3.2. Constrangimentos e limitações do estudo*

No processo de elaboração da nossa monografia deparamo-nos com algumas dificuldades em diferentes etapas, isto é, desde o início até ao fim da pesquisa, sendo que a principal dificuldade foi na interacção com jovens e mulheres residentes na

Matola “A”. Por parte dos jovens notou-se limitações discursivas, isto é, falta de argumentos sobre o fenómeno em estudo e por parte das mulheres notou-se uma desconfiança de natureza “espionagem”, principalmente, nos quarteirões que estão nas proximidades das fábricas e armazéns que os respectivos residentes tem feito negócio sustentado em produtos que saem daqueles estabelecimentos.

Em alguns casos as dificuldades em ceder às entrevistas foram superadas com a explicação do propósito da pesquisa, protecção da identidade e pelo facto de informarmos a importância que o trabalho terá no futuro dos filhos estudantes e à sociedade no geral.

A nível da instituição da polícia, neste caso a 1ª Esquadra da PRM na cidade da Matola, verificou-se a falta de colaboração do maior número do efectivo policial, principalmente a parte da direcção que encontrava-se sempre ocupada em audiências com cidadãos e por vezes em suas reuniões, facto que nos levou a arriscar o nosso trabalho pedindo para conversar com alguns polícias mesmo no período de patrulhamento, ao que tivemos a sorte de ser orientados a conversar com polícias que se encontravam a prestar serviços nos postos fixos nalgumas instituições do Estado como os Serviços Provinciais de Identificação Civil (SPIC), Balcão de Atendimento Único (BAU), Procuradoria Provincial de Maputo (PPM) e Tribunal Provincial de Maputo (TPM).

## CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresentamos e analisamos os dados recolhidos na Matola “A” nos meses de Agosto e Setembro de 2015. A apresentação está subdividida em cinco sub-capítulos, tais como: o primeiro sub-capítulo dedica-se ao perfil dos nossos entrevistados; o segundo dedica-se a prevenção e combate a criminalidade; o terceiro fala das relações de inter-ajuda polícia e comunidade; o quarto está relacionado ao papel da polícia na manutenção da ordem e segurança pública e o quinto retrata as percepções sobre as causas da criminalidade.

### *4.1. Perfil dos entrevistados*

No perfil dos nossos entrevistados, tivemos em consideração o sexo, a idade, o nível académico e a ocupação. Do total dos entrevistados, todos são residentes da Matola “A” e outros são agentes da PRM não residentes no bairro, sendo que dezasseis (16) são do sexo masculino e três (3) do sexo feminino. Os entrevistados do sexo masculino estão na faixa etária dos 34 a 60 anos de idade e os do sexo feminino estão na faixa dos 23 a 37 anos de idade. O seu nível de escolaridade varia entre o ensino primário ao ensino superior (Vide ANEXO VI).

A escolha dos entrevistados foi feita porta a porta de forma aleatória o que facilitou o encontro com os respectivos residentes, isto porque em algum momento na via pública os entrevistados que encontrávamos diziam estarem de passagem naquele bairro, pertencendo a outros bairros circunvizinhos. Sobre esta temática os entrevistados do sexo masculino são os que mais acessibilidade demonstravam e contribuíam com outras opiniões para a prevenção e combate a criminalidade e os do sexo feminino demonstravam um ar de desconfiança o que levou um dos entrevistados na sua residência a dizer que sua esposa suspeitava da nossa presença, alegando estarmos a fazer trabalho de espionagem, pois, tivemos alguns momentos de interrupção por este estar a receber chamadas da mesma; e outras entrevistadas diziam que quem podia dar informação seria o chefe do quartelão.

#### 4.2. *Prevenção e combate a criminalidade*

Neste sub-capítulo importa-nos analisar o que os moradores da Matola “A” entendem como combate a criminalidade e o que propõem para que o mesmo seja eficaz para o bom andamento das actividades de garantia da ordem pública.

Num total de quinze (15) entrevistados residentes na Matola “A”, oito (8) entendem que a manutenção da ordem e segurança pública é tarefa principal da polícia e que essa polícia deve se apresentar sempre fardada; dois (2) entrevistados referem que a polícia deveria usar outros meios para o combate a criminalidade, como carros civís e polícias não fardados, mas que estejam identificados; outros dois (2) entrevistados referem que a colaboração da população com a polícia para o combate a criminalidade seria outro meio eficaz. Os restantes referiam que a garantia da ordem pública envolve vários factores que partem do planeamento físico territorial, convívio social harmonioso, situação financeira e outros factores, daí que olham na iluminação dos postos públicos de corrente eléctrica, o ordenamento territorial, pois, alguns quarteirões não estão parcelados o que facilita a actividade dos criminosos, a união entre a vizinhança de modo a alertarem-se em casos de cometimento de crimes, a falta de ocupação dos jovens, sendo elementos que condicionam o cometimento de crimes, como Munguambe, de 52 anos de idade afirma:

*O nosso quarteirão não está iluminado e pior porque não houve parcelamento quando construímos as nossas casas, isto tem facilitado os ladrões para roubarem. O sistema de segurança está fora de controle, você pode ser agredido e ninguém sai para acudir, isso é mau, não temos união no nosso bairro.*

O depoimento de Munguambe está virado na situação de organização no interior dos bairros, facto que condiciona o cometimento de crimes, sendo que, para que a segurança pública seja eficaz deveria se observar a situação da organização estrutural urbanística que envolve numa primeira fase a iluminação das vias de acesso que facilitam a movimentação das pessoas a diferentes destinos.

Para Munguambe, com vias de acesso organizadas e iluminadas, há maior probabilidade de se prevenir a criminalidade, para além de que os entrevistados entendem também que

a segurança pública envolve a todos os residentes, sendo que devia haver união por parte destes.

Park (1936) virando atenção na ecologia humana imputou a responsabilidade da criminalidade ao crescimento das cidades e a quebra dos processos de socialização primitiva sob influência do ambiente urbano, neste contexto para não existir espaço para cometimento de crimes, há necessidade de reactivar os laços sociais que facilitam a interligação entre as pessoas, o que dificultaria duma maneira a acção dos criminosos.

A situação da organização no interior dos bairros leva Vasco, de 60 anos de idade a sustentar:

*A polícia faz patrulhamento principalmente de dia e de noite patrulha na estrada onde há iluminação, acredito que não entra no interior do bairro por medo de ser arrancada as suas armas, pois, as ruas estão todas nas escuras. Os que praticam crimes nesta zona são jovens dos 23 a 30 anos, que consomem bebidas secas, drogas e passam a não terem medo de ninguém.*

Vasco afirma que a polícia faz patrulha, prevenindo o cometimento de crimes durante o período diurno e a noite ela não se faz ao interior dos bairros, facto que foi referido por Munguambe da falta de iluminação que é responsabilidade da Electricidade de Moçambique, devendo esta instituição colaborar para que haja um ambiente de tranquilidade no seio dos munícipes da Matola.

Alguns moradores vivem num clima de medo e incerteza quanto à actividade da polícia, pois, em alguns casos a polícia subjectivamente é percebida como se estivesse a fazer um patrulhamento de regime, isto porque, no período diurno ela é vista a desempenhar as suas actividades de patrulhamento na via pública, mas ao anoitecer não se faz sentir a sua presença no interior dos bairros, facto que no entender de Cappinga (2005) leva a diversos segmentos da sociedade a criticarem a fraca visibilidade dos agentes da polícia de protecção, considerando que a vigilância feita não é suficiente para a manutenção da ordem pública.

Os residentes da Matola “A” e/ou a população no geral estão consciencializados a ver a polícia na via pública, tanto de dia, assim como de noite, por ser ela que responde pela segurança das pessoas, facto que leva-os a questionar a localização da polícia quando ocorrem casos criminais que seriam de pronta intervenção policial. Em algum momento

a presença policial no interior dos bairros leva os residentes a uma inquietação e preocupação devido ao seu desaparecimento quando é precisada para intervir em casos de desordem, daí que Joana, de 39 anos de idade, refere:

*O nosso bairro não está tranquilo porque existem jovens que nada fazem para o seu auto-sustento e quando anoitece escondem-se pelos becos e ameaçam pessoas que voltam do serviço ou da escola. Estes problemas acontecem porque não existe patrulhamento policial. Uma vez vieram ladrões e roubaram Televisor e DVD, comunicamos ao chefe do quarteirão e ele disse que ia falar com a polícia. No dia seguinte apareceu a polícia a procura de um jovem que tinha roubado combustível e informamos que em casa roubaram Televisor e DVD e disseram-nos para irmos abrir processo na esquadra. Fomos à esquadra e disseram que demoramos, mas fizeram processo e perguntaram se suspeitávamos alguém ou não? Porque não sabíamos quem roubou os nossos bens, disseram que o processo ainda vai ser investigado pela PIC depois vão nos chamar e nunca mais até data hoje. A polícia devia fazer patrulha a noite e marcar hora para toda gente estar na sua casa e quem for encontrada depois dessa hora devia dormir na esquadra e não aceitar dinheiro de ladrões.*

A afirmação da Joana mostra que no seu quarteirão há prática de actos criminais, mas não denunciam à polícia e que os praticantes desses actos são jovens residentes que não tem ocupação, limitando-se em ameaçar os que se sacrificam perdendo dias e noites a busca de melhores condições de vida. Constata-se ainda que a polícia intervém no combate aos crimes que ocorrem naquele bairro, quando é solicitada pelos populares.

O trabalho policial parte da prevenção dos crimes na base de patrulhamento nas vias públicas, nas zonas de maior aglomeração populacional, nas instituições económicas e sociais, limitando-se no combate aos crimes através da neutralização de criminosos e instrução de processos crimes que levam o criminoso até ao julgamento pelas instâncias judiciais. A polícia no combate a criminalidade conta com a colaboração de outras instituições, tais como o Ministério Público através da Procuradoria e o Ministério da Justiça através dos tribunais, facto que não lhe dá autonomia de condenar os criminosos, isto pelo cumprimento do princípio de separação de poderes, contudo, Mondlane, de 54 anos de idade, sustenta:

*A patrulha policial existe, mas é insuficiente o que cria espaço para haver roubos constantes na via pública e a luz do dia. Temos comunicado a esquadra e a polícia faz buscas que terminam com a detenção dos praticantes dos crimes, mas meia volta os mesmos são soltos. Uma vez procuramos saber o que se passava com a direcção da esquadra e marcaram uma reunião no bairro tendo o comandante nos explicado que a comissão da procuradoria é que solta criminosos, o que deita abaixo o trabalho da polícia. A polícia hoje diz que para prender um criminoso precisa dum mandado de captura escrito por um juiz ou só pode prender quando encontrar alguém em flagrante delito, este facto deixa-nos preocupados porque alguns criminosos já sabem desta norma e praticam crimes, a saber, que existe uma instituição para lhes defender. Nós sabemos onde ficam os criminosos, dormem e fumam em grupo, mas já estamos cansados por falta de protecção. Pedimos ao comandante da esquadra para falarmos com a comissão da procuradoria para nos explicar como acabar com o crime. Os nossos jovens fazem isto por mau companheirismo, preguiça para trabalhar e por gostarem de beber e fumar drogas.*

Mondlane no seu depoimento mostra que a polícia faz patrulha numa escala reduzida, o que faz com que os criminosos ganhem espaço para o cometimento de crimes. Os residentes denunciam os crimes e os criminosos são presos e soltos em pouco tempo, o que deixa-os preocupados devido às ameaças que sofrem pelos ex-condenados. Constata-se ainda que alguns moradores desconhecem as responsabilidades das instituições que zelam pela justiça, facto que os leva a solicitar esclarecimento ao comandante da esquadra sobre a soltura de criminosos.

A situação da segurança pública actualmente não é restrita a PRM devido à desproporcionalidade existente entre o efectivo policial e o crescimento populacional, cabendo a todos a responsabilidade de velar pelo bem estar social.

O criminoso é um individuo que convive no mesmo espaço social com outro individuo não criminoso, sendo possível a sua identificação por parte dos moradores e consequentemente denunciá-lo às instâncias de controlo social.

Outros depoimentos dão conta que, a PRM na sua actividade de manutenção da ordem e segurança pública coordena o seu trabalho com os representantes e/ou residentes do

bairro, facto que ajuda na neutralização dos criminosos, tal como sustenta Coana, de 50 anos de idade:

*Para se garantir a ordem e segurança do bairro temos tido colaboração com a própria polícia. Uma vez um jovem da zona acabava de voltar da África do Sul e tinha uma arma pistola e andava a ameaçar pessoas. Os filhos da zona que não gostaram disso informaram-me e tive que reportar ao agente que trabalha connosco e na madrugada do dia seguinte foram a casa dele e prenderam junto com o instrumento do crime.*

Coana reitera a colaboração com a polícia para se garantir a ordem e segurança pública e a própria polícia mostra-se disponível, criando-se desta forma um espírito de patriotismo entre a instituição policial e os residentes. De acordo com os argumentos de Mondlane e Coana, os residentes do bairro mostram-se interessados em colaborar com a polícia, mas nota-se a existência de algumas barreiras que estão ligadas a funcionalidade das instituições que velam pela justiça.

Para Mondlane, os moradores da Matola “A”, defrontam-se com o problema de insegurança causado pela soltura de criminosos que são também moradores do mesmo bairro. No entender deles, o comandante da esquadra diz que a procuradoria é que solta os criminosos. Esses criminosos em algum momento foram neutralizados pela polícia na base de colaboração com os moradores e sem esperança de vê-los soltos em pouco tempo, os mesmos retornaram ao convívio com cidadão não criminoso, facto que leva os moradores a optarem pela própria vigilância com a ideia de fazer justiça com as próprias mãos.

Aliado ao fenómeno de soltura de criminosos pela Procuradoria ou Tribunal, Chea (2015) diz que os cidadãos recorrem à justiça pelas próprias mãos devido ao desespero das vítimas; ineficiência dos serviços da polícia; falta de confiança da sociedade para com a polícia; e falta de comunicação entre denunciante e os que têm competências de soltar. E neste caso há necessidade de se revitalizar o diálogo através das reuniões de ligação polícia – comunidade onde poderia se explicar a funcionalidade do princípio de separação de poderes.

Oliveira (2003: 245), ensina-nos que os actores sociais agem e comportam-se de acordo como percebem e concebem as coisas. Assim sendo, mesmo que o sentimento de insegurança não corresponda directamente à experiência vivida pelas pessoas, o comportamento e a acção delas são moldados por aquele sentimento.

Um dos pressupostos defendidos pelo (MINT, 2008a) é de que a segurança pública é dever do Estado, direito do cidadão e responsabilidade de todos e, pressupõe o afastamento por meio de organização própria, de todo o mal social que possa afectar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão. Ao mesmo tempo, a segurança pública limita a liberdade individual, estabelecendo que a liberdade de cada cidadão, se baseie em fazer aquilo que a lei não lhe proíbe tendo em conta a liberdade dos demais na sociedade.

Alguns entrevistados têm noção de crime e da forma como deve ser combatido, facto que lhes deixa preocupados, pois, percebem que nalgumas zonas da mesma cidade a manutenção da ordem e segurança pública obedece a critérios legais, sendo que a polícia exerce as suas actividades com meios que a instituição detém o que devia caber a todas as áreas sob sua responsabilidade, facto que leva Lucas, de 47 anos de idade, a argumentar que:

*A polícia para trabalhar bem, devia ter um carro civil e aí podia encontrar ladrões ou trabalhar a civil, mas ter cartões que os identificam como polícias. Aqui onde estou, na casa ao lado vendem combustível roubado e outros produtos que trazem da companhia industrial. O que eu condeno é eles deixarem ladrões em troca de dinheiro.*

Lucas entende que o combate a criminalidade pode ser feito de diversas formas, que seria neste caso o patrulhamento a paisana e com identificação policial através de carteiras profissionais e esta forma ajudaria na detenção dos criminosos em flagrante delito, pois, a polícia estando fardada, apenas previne o crime por alguns instantes e na sua ausência os criminosos põem em prática as suas acções. Esta forma ou estratégia de combate a criminalidade já vinha sendo vivenciado por alguns moradores, tal que foi descrito na entrevista de Coana que dava conta da colaboração com um agente que está em permanente contacto com os chefes de quarteirões.

Numa outra vertente encontramos o factor motivação que tem influenciado tanto no trabalho de prevenção e combate a criminalidade, facto que leva os agentes da polícia a afastarem-se daquilo que é a orientação dos seus superiores hierárquicos para o cumprimento do planificado no combate aos crimes. No campo da manutenção da ordem pública, alguns polícias relacionam-se com o cidadão com base nos benefícios por adquirir no terreno, pondo em risco o seu compromisso com o Estado, daí que Macandza, de 50 anos de idade, disse:

*A polícia trabalha, mas não consegue manter a ordem como deve ser por causa do dinheiro. Os homens recebem pouco e quando encontram alguém com produto roubado criam formas de não chegarem à esquadra com a condição de pagar um (X) e deixarem o ladrão. Aqui às vezes ligo para a polícia e informo para eles estarem atentos quando há um produto roubado que está para sair dos armazéns.*

O depoimento de Macadnza apresenta duas dimensões no trabalho efectuado pela polícia durante as patrulhas, sendo a económica que tem a ver com a busca de auto-sustento no período laboral e a dimensão sócio-patriótica que se evidencia em garantir a ordem pública, protegendo as pessoas e seus bens.

Este facto leva-nos a concluir que as relações de inter-ajuda, polícia e comunidade não são apenas de combate ao crime, mas sim de troca de favores económicos, e às vezes esse acto incentiva a prática de crimes, pois, o polícia acompanha o mecanismo de circulação dos bens roubados em colaboração com os residentes “informantes” tendo como finalidade a troca de favores em valores monetários para o polícia e protecção ou proteccionismo para o cidadão, violando o plasmado no artigo 254 da CRM e o artigo 4 n° 1 da lei 16/2013 de 12 de Agosto.

Este comportamento ainda é socialmente interpretado como sendo negativo, pois, há casos em que as pessoas são encontradas com bens sem facturas com a justificação de terem comprado no mercado informal e que a polícia por querer apurar a veracidade dos factos acaba detendo o bem junto com o seu portador.

No entender de (Gove, 2014), as patrulhas policiais apresentam-se em facetas económicas e sociais, em que a económica tem a ver com a “caça ao tesouro”, facto que leva o polícia a todo o custo ter um “resultado operativo” que cinge-se em encontrar

alguém com um bem alheio e que irá resultar na troca da sua liberdade. A outra faceta tem a ver com a protecção de pessoas e bens que é de dimensão social, a mais elogiada pela população, pois, demonstra a existência da ordem, segurança e tranquilidade pública, garantindo desta forma a livre circulação das pessoas na via pública, dando credibilidade as instituições de controlo social.

O incumprimento das normas de trabalho de manutenção da ordem pública por parte dos agentes da polícia é descrito por Oliveira (2003) como sendo a perda da legitimidade que pode inviabilizar a acção dos magistrados contra os agentes públicos ou privados violadores da lei e da coisa pública, pois a crença generalizada de que todos violam a lei, inclusive aqueles responsáveis pela sua guarda, contribui para gerar a desconfiança dos cidadãos quanto ao resultado das acções judiciais, produzindo intranquilidade social.

Das análises feitas sobre o modo como a polícia combate a criminalidade, constatou-se que os residentes da Matola “A” percebem que:

- A polícia garante a manutenção da ordem e segurança pública através do patrulhamento;
- A polícia estando fardada tem legitimidade para garantir a ordem e segurança pública;
- A segurança pública actualmente não é restrita a PRM;
- A polícia coordena o seu trabalho com os representantes e/ou residentes dos bairros o que facilita a neutralização de criminosos;
- A polícia para prender um criminoso fora de flagrante delito, precisa dum mandado de captura assinado por um juiz caso contrário só pode prender quando encontrar alguém em flagrante delito e propõem que a polícia devia ter carros civís, trabalhar a paisana e com identificação policial através de carteiras profissionais.

### 4.3. Relações de inter-ajuda polícia e comunidade

A polícia no seu trabalho de combate aos crimes, conta com o apoio dos residentes que são estes que vivenciam os casos criminais no primeiro momento em que ocorrem. As boas relações com os residentes facilitam a criação de mecanismos de alerta aos crimes, combate e denúncia de criminosos. Um dos entrevistados, Ossukamu, de 34 anos de idade, contou:

*É notória a presença da polícia nesta área, nós colaboramos com ela sem problemas, como vês esta zona tem muito movimento de pessoas e a qualquer momento podemos ser atrapalhados por ladrões. Para garantir a nossa segurança, temos estado em permanente contacto com a direcção da esquadra para nos apoiar na protecção dos nossos estabelecimentos, uma coisa do tipo ajudar outro, eles nos ajudam e nós também ajudamos. Actualmente não se regista assaltos, mas mesmo assim não deixamos de contar com a polícia. Sabe como é a pessoa, mesmo em sua casa não está segura, pior aqui onde garantimos o nosso ganha pão.*

O depoimento de Ossukamu mostra que a polícia tem ajudado na protecção e segurança dos seus bens duma forma directa ou indirecta no seu quotidiano e principalmente nas actividades comerciais que desenvolvem, pois, movimentam avultadas quantias de dinheiro em zonas de maior aglomerado populacional que desconfiam-se um do outro.

No trabalho de manutenção da ordem pública acaba nascendo uma rede de relações entre a polícia e os proprietários de estabelecimentos comerciais bem como com alguns residentes da Matola “A”. Desta forma, a própria polícia acaba tendo outras formas eficazes de garantir a ordem e segurança pública.

As reuniões de ligação polícia e comunidade, os conselhos de policiamento comunitário, a colaboração entre a população e os chefes de sectores, são algumas das diversas formas que ajudam a combater a criminalidade na Matola “A”.

Chume, de 43 anos de idade refere:

*Quando acontecem casos de cometimento de crimes temos contactado o chefe de sector que é o agente que se encarrega por levar casos à esquadra. Neste*

*bairro ainda não temos policiamento comunitário. Algumas vezes acontecem casos de agressão, mas tem sido nas barracas e esses casos acontecem devido ao consumo excessivo de álcool. Nalgumas reuniões propomos a compra de apitos para alerta em casos de aparecer malfeitores, pois, um dia fomos acolhidos por uma morte duma senhora que não era desse quarteirão, acredito que vieram com ela e mataram na nossa área, contactamos a polícia e vieram remover o corpo, mas ainda não se sabe quem fez isso.*

Com o depoimento de Chume constata-se que a patrulha policial não é feita apenas por agentes fardados, existe no meio da corporação um efectivo com a missão de trabalhar a civil de forma a não ser identificado por criminosos que escapam da polícia fardada. O chefe do sector é o agente que colabora com os residentes no combate a criminalidade. Os residentes ainda adoptaram o uso de apito como forma de alerta contra os criminosos.

As reuniões de ligação polícia - comunidade são uma forma de manter laços entre as duas instituições e é na base destas reuniões que a polícia tem colhido informações sobre a criminalidade, mudanças de atitude dos residentes, boas e más actuações da polícia, denúncia de criminosos para o combate ao crime.

Em outras palavras, Chea (2015: 55) diz que a ligação polícia – comunidade, define-se como sendo o envolvimento, a interacção da comunidade no policiamento ou vigia comunitária. A transformação da comunidade em olhos e ouvidos da polícia, que sirva de fonte de informação desta, sendo que a ideia principal é de facilitar a compreensão das reais causas dos problemas da comunidade e, conseqüentemente, a rápida solução, criando assim o princípio de participação activa dos cidadãos no funcionamento dos órgãos locais, legalmente instituídos.

Para além das denúncias de criminosos, a polícia junto com a população residente planifica ou traça estratégias que ajudam na manutenção da ordem e segurança pública ao nível do bairro, e dentro dos quarteirões são indicados alguns agentes que trabalham com a comunidade para ajudarem no direccionamento das informações operativas.

Numa outra vertente temos o policiamento comunitário que é considerado como uma forma de aproximar cada vez mais a população à polícia, libertando-a da visão de Mello

*et al* (2004), de que “a polícia enquanto instituição do Estado sempre existiu dissociada da sociedade” sendo uma estratégia que ajuda no combate aos crimes, apesar de que neste bairro deixou de funcionar devido a falta de cumprimento das promessas de remuneração feitas aos agentes comunitários.

Alberto (2014) sustenta que “o policiamento comunitário pode ser definido como uma estratégia de combate a criminalidade, que tem vindo a ser adoptada em diferentes países do mundo, incluindo Moçambique, como uma forma de fazer face à ineficiência dos órgãos policiais e, por outro lado, este tipo de policiamento cria mecanismos de aproximação entre a comunidade e a polícia, no combate a criminalidade.”

#### *4.4. Papel da polícia na manutenção da ordem e segurança pública*

A manutenção da ordem e segurança pública pode ser entendida como uma forma adoptada pelo Estado com recurso aos agentes da lei e ordem (polícia) para combater a criminalidade, tendo em conta a colaboração da população para que esta tenha um resultado satisfatório. Esta pode ser apresentada através dum plano estratégico institucional ou em conjunto com a população com único fim, o combate ao crime.

Para D’Urso (2001) a ordem pública é caracterizada por um estado de serenidade, de apaziguamento e de tranquilidade pública, em consonância com as leis, os preceitos e os costumes que regulam a convivência em sociedade, a preservação deste direito do cidadão, só será amplo se o conceito de segurança pública for aplicado.

A manutenção da segurança pública na sua plenitude é garantida pela polícia como imagem do Estado e detentora dos meios coercivos para garantir a ordem pública, partindo das leis até ao uso da força física legalmente aprovada. Esta actividade é exercida de diversas formas, tais como nos apresenta Macuácuá, inspector da polícia:

*A manutenção da ordem e segurança pública é feita na base de patrulhamento preventivo para que não se cometa crimes e esse patrulhamento obriga-nos a estar equipados do material que o Estado fornece-nos, sendo feito a pé, a motorizada e através de viaturas com agentes devidamente escalados e fardados para trabalharem. Os mesmos fazem-se ao terreno depois de receberem instruções superiores nas primeiras horas do dia e no período da noite. A polícia trabalha em colaboração com outras forças vivas e com a população*

*dentro dos bairros, o que nos ajuda a combater os crimes. Temos linhas abertas que são fornecidas à população para denúncias de casos criminais. Polícias que se comportam mal existem e há pouco tempo foram expulsos mais de 50 elementos das diversas áreas devido à prática de vários crimes o que deixou muitos agentes chocados. Esta medida serviu de exemplo e é uma das formas de purificar a PRM, mas nós não estamos sossegados porque pode ser mais um criminoso a nascer no seio da população que vai precisar do nosso controlo. A população que tem problemas aproxima-nos, muita gente anda informada através da mídia e outros meios de comunicação. As vezes as pessoas denunciam casos e não dão mais seguimento, só que outras são surpreendidas com chamadas ou notificações da procuradoria ou tribunal para serem ouvidas. Os meios usados para a manutenção da ordem pública são aqueles que o Estado deu, a partir do fardamento, armas e viaturas, o que acontece é que as vezes não se consegue responder em tempo as solicitações porque a nossa área é grande e precisa de mais meios para se cobrir as zonas de difícil acesso. Há várias causas da criminalidade que por vezes começam no meio familiar, a falta do bom encaminhamento dos pais desde criança, outros por serem órfãos e sem recursos nem acompanhamento e acabam entrando no mundo do crime e isso acontece quando os jovens se metem em bebidas e drogas.*

Os depoimentos do agente da polícia Macuácuá levam-nos a entender que, a polícia na sua nobre missão requer estar sempre pronta para intervir em qualquer solicitação e com agentes físicos e psicologicamente preparados para atender e/ou responder a quaisquer tipos de casos que forem a encontrar no espaço público.

Segundo Chea (2015: 33), o polícia, neste caso, só se manda para intervenção policial caso haja solicitação ou descubra existência duma anormalidade da segurança, e quando chegar ao local onde vai se deparar com a real situação, cabendo-lhe avaliar como vai agir, em alguma ocasião poderá se afastar um pouco da forma como foi indicado para o cumprimento da missão, em função da situação concreta com que se depara.

As denúncias em alguns casos são feitas por diversos indivíduos preocupados em manter a ordem pública do seu país através de linhas abertas ao público que funcionam no período de 24 horas, tal como trabalha a polícia, cabendo esta, avaliar se elas são

reais ou falsas e para tal coordena com alguns informantes residentes na zona de ocorrência.

Analisando os níveis de confiança da população na polícia durante o seu trabalho, constatamos casos de inquietação por parte de alguns entrevistados, o que por vezes deita abaixo a actividade humilde desempenhada por polícias que estão comprometidos com o bem estar da população moçambicana. O depoimento de Lília, de 23 anos de idade, refere:

*A polícia trabalha da forma que entende, alguns polícias são arrogantes e não tem modos de falar com cidadão, mas quando estão na esquadra parecem boas pessoas. Eu uma vez fui agredida por três polícias por ter recusado descer do carro do namorado da minha prima. Ele estava a conduzir sem carta de condução e, eu e a minha prima não sabíamos. Depois mandaram-nos descer do carro dizendo que ele tinha que lhes acompanhar a esquadra. Eu recusei porque era noite e disse que nós também podíamos ir com ele a esquadra. Um dos polícias, acho que era o chefe de todos começou a ralar dizendo que estou a lhes faltar respeito e tirou-me do carro à força para me meter no carro da polícia, foi quando saiu um senhor duma casa que por sinal, estava a acompanhar a briga e de boa forma pediu para falar com o polícia. Depois de ter dito que essa forma de trabalhar mancha a corporação e seria bom todos irem a esquadra resolver o problema, aquele chefe levou o namorado da minha prima para o carro deles e foram-se embora. Nós fomos à esquadra e metemos queixa porque também partiram os meus óculos, e o oficial do dia registou o caso no livro e disse para voltarmos no dia seguinte para falar com o comandante.*

O que é descrito pela Lília, contraria a ética policial, apesar desta ter desobedecido as ordens da polícia que vela pela segurança das pessoas e seus bens. Alguns cidadãos por não conhecerem ou por pouco conhecer o trabalho da polícia acham que tem direito de tudo, isto é, o direito de ter direito, sem no entanto, analisar em que circunstâncias se encontram. A CRM (2004) reitera que a segurança pública é dever do Estado, direito do cidadão e responsabilidade de todos, havendo necessidade por parte da Lília colaborar para a sua existência.

A PRM tem a principal tarefa de prevenir e combater a criminalidade, entendida sob o ponto de vista de toda a acção contrária a lei, sendo que de acordo com Chea (2015: 45) “o agente da polícia deve ser um indivíduo comunicativo, capaz de ajudar cidadãos, quer de socorro em caso de violação da integridade física, quer para um hóspede que queira se informar de um ponto, isto é, o agente da lei e ordem é “cartão-de-visita” para qualquer cidadão estrangeiro ou nacional que precisa de auxílio.”

Todavia, o agente da polícia, onde estiver, antes de pensar na atitude profissional, deve servir a comunidade no que pode e que esteja em concordância com o desejo, o hábito da mesma. Esta forma de actuação permitirá a separar este polícia em termo de papéis quando se achar na comunidade e no serviço, tendo em atenção que vezes há em que os agentes da polícia acham que tudo que fazem nas comunidades deve ser cumprido sob o pensamento de ser “chefe”, (Idem: 45-6).

Depoimento de Costa, de 48 anos de idade, aponta:

*Na verdade a polícia trabalha, tem dado o seu máximo no combate a criminalidade e garantindo desta forma o ambiente de paz na nossa cidade. Já fomos acolhidos por um assalto a mão armada, isso aconteceu há três meses e os meliantes levaram-nos um valor aproximado a 40.000,00Mt. Comunicamos a polícia, mas não foi possível a detenção dos malfeitores naquele dia. Fomos à esquadra e abriu-se um processo que assinei e mandou-se a PIC. Passados dois dias a PIC solicitou-me e falei com a procuradora, que voltou a me perguntar como é que ocorreu o assalto. Passados cinco dias, um dos malfeitores foi neutralizado e a polícia solicitou-me para reconhecer o mesmo. O caso foi julgado e houve condenação do mesmo e também decidiu-se para indenizar-nos pelos danos causados. Fiquei satisfeito, pois ví os criminosos condenados e o meu caso foi bem tratado desde o início pela polícia. Problemas na polícia existem e estão ligados a própria base, há muita burocracia, mas acredito que deve-se ao processo de investigação dos crimes.*

O depoimento de Costa valoriza o esforço empreendido pela polícia devido ao facto da polícia ter conseguido neutralizar os criminosos. Em alguns casos a polícia quando não consegue ter pistas dos praticantes de crimes é considerada inválida, esquecendo-se das diversas circunstâncias que podem estar por detrás do fracasso duma operação, tal como

é referido o problema da burocracia que por vezes interfere no funcionamento normal da polícia.

O trabalho da polícia não é linear Giddens (2001) sendo que a existência de maior ou menor efectivo policial não significa o controle eficiente da criminalidade. Em alguns casos os entrevistados demonstraram não ter informações suficientes daquilo que a polícia deve intervir ou não. Existem casos que são da inteira responsabilidade da polícia para agir e casos em que a polícia espera por uma autorização formalmente escrita para executar, como é nos casos de detenção fora de flagrante delito que carecem duma autorização dum juiz de instrução e casos que a polícia limita-se em dar instruções em como deve proceder-se para a busca de solução.

Por vezes o cidadão pensa que uma simples denúncia é suficiente para a polícia deter o acusado ou intervir, facto que é causado pela falta de diálogo entre as instituições de justiça (procuradoria e tribunal) com a população de modo a explicar em conjunto com a polícia onde é que inicia e termina o poder duma determinada instituição. Outros admitem a existência de muita burocracia na polícia, como referiu Costa, o que leva tempo para o esclarecimento de alguns crimes.

Neild (1999) sustenta que a polícia não possui, ou possui muito poucos mecanismos de prestação de contas; as capacidades de prevenção dos crimes são fracas e concentradas em áreas ou beneficiários restritos; as estruturas de recolha de informações não apontam às actividades criminosas, mas antes aos inimigos do regime.

É nessa concepção que alguns entrevistados como Lília, Costa e Mondlane analisam os papéis da polícia, esquecendo da existência de hierarquia nas instituições que coordenam todas as actividades policiais e que são baseadas nas orientações antes da ida ao terreno. Por vezes os agentes da polícia não alcançam todas as tarefas por insuficiência de meios e por encontrar constrangimentos do tipo “recusa ou desobediência das ordens”, facto que leva alguns agentes a serem agressivos durante a sua actividade.

O trabalho policial tem muitos contornos, pois requer com que as denúncias sejam analisadas, editadas em relatórios e comunicadas às instâncias superiores, facto que acaba consumindo maior parte do tempo (Giddens, 2001).

Como observação da postura policial em serviço na via pública, constatamos que a polícia apresenta-se fardada e armada. Estando em patrulhamento a pé apresenta-se em número de dois ou três agentes armados e equipados com fardamento cinzento claro para a camisa, cinzento escuro para calças com uma barra verde em cada lado, um boné cinzento e sapatos pretos. Estando na viatura policial o número de constituintes varia, sendo que no mínimo são dois agentes no banco de trás e noutros casos encontra-se toda preenchida e cada agente com a sua arma grande do tipo AKM. A diferença nota-se entre a polícia de trânsito e de protecção. A polícia de trânsito apresenta-se equipada de fardamento camisa branca, calças azuis com uma barra verde em cada lado e boné branco com aba preta, portando uma arma do tipo pistola. Na via pública a polícia de trânsito é que manda parar viaturas, levantando a mão e bem esticada mostrando onde deve estacionar e em seguida saúda o condutor e exige a documentação enquanto que a polícia de protecção tal como diz o nome posiciona-se a alguns metros controlando o movimento do automobilista garantindo a protecção do seu colega. Em alguns casos observamos a revista de viaturas por parte da polícia de protecção.

O sistema de patrulhamento policial obedece a critérios que ajudam a localização de cada grupo de patrulha, esses critérios partem da indicação do chefe do grupo e seus constituintes, a área de patrulha denominada por “giro” e o material usado na patrulha. A regra policial não aceita o patrulhamento efectuado por um agente sozinho, devendo ser feito por número mínimo de dois elementos e/ou três que é o estabelecido pelo regulamento da polícia. Também o trabalho conjunto ajuda na protecção do outro elemento em casos de suspeitas que possam obrigá-lo a intervir, isto é, um protege o outro. Este sistema leva com que em casos de erros profissionais seja responsabilizado todo o grupo que estava a desempenhar a actividade, com maior peso ao chefe do grupo.

#### 4.5. Percepções sobre as causas da criminalidade

Como causas da criminalidade, tanto a polícia assim como os residentes da Matola “A”, apontam a uma série de problemas que partem do espaço doméstico até ao espaço público e vão desdobrando-se nos factores económicos aliados a falta de oportunidades de emprego, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e mesmo a falta de responsabilidade, daí que Gilberto, sargento da polícia disse:

*Para nós todos os dias são de grande trabalho, daí que estamos sempre em prontidão combativa, os nossos jovens tem nos criado problemas nos finais de semana, pois bebem de qualquer maneira, agridem-se e acabam criando problemas que lhes levam as nossas mãos. As causas da criminalidade são várias, mas temos a falta de emprego, o consumo excessivo de álcool e estupefacientes sem alimentação adequada e, sobretudo a falta de responsabilidade é o que está em causa.*

De acordo com os argumentos dos agentes da polícia Macuácuca e Gilberto e dos moradores Mondlane, Chume e Joana concluímos que alguns jovens da Matola “A”, cometem crimes por falta do bom senso. Nossos entrevistados apontam a camada juvenil dos 23 a 30 anos como sendo os que estão mais envolvidos em actos criminais e sendo indivíduos do sexo masculino. Os crimes que são mais evidenciados são os de roubos na via pública em algum momento com violência nas vítimas, o que põe em causa a ordem e segurança pública, obrigando os agentes da lei e ordem a permanecer no espaço público em tempo indeterminado.

A pobreza e falta de emprego são elementos que foram rejeitados por um grupo de jovens que encontramos na via pública a desempenhar a actividade de lavagem de viaturas. Estes jovens sustentam que desempenham a actividade naquele espaço há sensivelmente três anos e não tem prejuízos, apenas requer uma dedicação para satisfazer o cliente. Samuel, de 37 anos de idade, contou:

*As pessoas roubam por falta de iniciativas e por preguiça de trabalhar. Nós que trabalhamos aqui somos unidos e com o pouco que ganhamos conseguimos fazer qualquer coisa nas nossas casas e combatemos a pobreza. Começamos a trabalhar aqui com 750,00 Meticais e compramos produtos para lavar e perfumar os carros. Aqui nenhum cliente reclamou em termos lhe roubado*

*algum bem. Os nossos clientes as vezes mandam-nos lavar carros e pagam no dia seguinte.*

De acordo com a afirmação de Samuel, a falta de iniciativa para o trabalho constitui um dos motivos para o cometimento de crimes, como o de roubo de bens, pois, existem jovens com possibilidades de criar formas de auto-emprego, não sendo necessariamente os roubos e assaltos. Os depoimentos de agente Gilberto e Macuácu evidenciam o consumo excessivo de álcool e drogas que a sua proveniência baseia-se na compra, que o respectivo valor podia criar formas de iniciar uma actividade lucrativa.

A criminalidade tal como outro fenómeno encontra explicação dentro do contexto onde ocorre. Foram vários argumentos colhidos sobre este fenómeno, apontando diversos factores e todos verificam-se no dia-à-dia dos residentes da Matola “A”. O fenómeno da pobreza aliado a falta de acompanhamento pelos progenitores de alguns jovens, a falta de emprego ou ocupação aliados a falta de responsabilidade, são factores que tem levado os jovens a cometerem crimes, contudo, para a redução ou o combate deste fenómeno, passa necessariamente da unificação de sinergias trabalhando em conjunto de modo a eliminar ou reduzir o cometimento de crimes.

Giddens (2001) sustenta que nos países como a Inglaterra e os EUA a abordagem sobre as causas da criminalidade era ligada à degeneração moral, ao declínio da família e à erosão dos valores tradicionais.

A criação de mais postos policiais dentro do bairro aliado ao aumento do efectivo policial, criação de postos de trabalho e educação cívica são alguns pontos mencionados por alguns moradores para ocupar os jovens desempregados que cometem crimes.

## CAPITULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é subordinada ao tema “Percepções sobre a manutenção da ordem e segurança pública num bairro da cidade da Matola. O objectivo do trabalho foi o de analisar as percepções dos cidadãos sobre a criminalidade, através da revisão bibliográfica, observação directa e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa constatou que o fenómeno de criminalidade existe no meio social, sendo necessárias as formas de prevenir e combater para garantir a segurança de pessoas e seus bens.

Os residentes da Matola “A” percebem a criminalidade como uma acção maligna que necessita da acção policial, havendo necessidade de sua colaboração, pois, os mesmos vivenciam esse acto no seu dia-à-dia. Desta forma, a polícia em união com os moradores dos bairros precisa estar permanentemente em contacto de modo a trocarem informações, denúncias e juntos traçarem planos que ajudam a eliminar esse fenómeno.

Os dados do campo revelam uma pluralidade de percepções sobre as formas como a polícia combate a criminalidade e as possíveis estratégias que podiam ser seguidas para a neutralização de malfeitores, tais como: o patrulhamento fardado e a paisana (caso do chefe de sector); a coordenação das actividades com os representantes dos bairros; a proposta de uso de carros civis, entre outros. Todavia, a polícia é criticada por não se fazer ao interior dos bairros no período nocturno, mas percebe-se que tal facto acontece devido à falta de iluminação e dificuldades de acesso com viaturas. Ainda o problema de soltura de criminosos deixa os moradores a desconfiar no trabalho policial, o que levou a polícia a justificar-se pelo principio de separação de poderes, facto que não lhe dá direito de agir sem antes coordenar com outras entidades.

A polícia entende que a colaboração por parte da população ajuda na neutralização de criminosos. Como forma de vigilância contra os crimes, adoptou-se o patrulhamento a civil, efectuado por agentes denominados de chefes de sectores que estão ligados às estruturas do bairro.

Dos níveis de confiança na polícia, notou-se que existem alguns moradores que pouco sabem do trabalho da polícia, o que os leva a sustentar uma descredibilidade e um número considerável percebe o trabalho policial como sendo de risco e com contornos burocráticos, levando muito tempo no esclarecimento dos crimes. Contudo, os

moradores notam o esforço empreendido pela polícia mesmo com exiguidade de meios para a prevenção e combate aos crimes.

Por fim colhemos as causas da criminalidade que foram descritas como sendo a falta de ocupação, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a falta de responsabilidade para além dos factores pobreza, desordenamento urbanístico e a falta de união entre os moradores que criam motivações para o cometimento de crimes.

As análises de Lores *et al.* (2008) de que o mau companheirismo, as necessidades económicas e a falta de emprego são as causas que levam a maior parte dos jovens a cometerem crimes servem como suporte na nossa pesquisa visto que o mesmo problema afecta a juventude da Matola “A”, não sendo possível a determinação duma única causa, tal como defende Lemgruber (2001) ao sustentar que não é fácil trazer explicações para violência e crime, daí que deve-se evitar cair nas armadilhas de generalizações, pois, não existe crime no singular.

Outras constatações foram de que o combate a criminalidade tem a ver com os salários auferidos pelos agentes da polícia, pois, alguns polícias acabam cometendo crimes, devido a criação de formas de auto-sustento no período laboral, o que está contra a lei e as instruções que recebem antes de irem à patrulha e este facto acaba frustrando as expectativas da instituição na manutenção da ordem e segurança pública.

Desta forma, a nossa pesquisa está aberta para possíveis acréscimos ou continuidade, visto que não abrange a todas as áreas da polícia, como é o caso da violência doméstica que devia merecer especial atenção por retratar casos ligados a integridade física. Assim como, não foi possível retratar questões de segurança pública rodoviária, limitando-nos apenas em retratar questões da responsabilidade da polícia de protecção que é responsável pela actividade de policiamento nos bairros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alberto, Isac. 2014. *Análise do policiamento comunitário na prevenção e combate ao crime na cidade de Maputo*. [Tese de Mestrado em Governação e Administração Pública]. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/ Departamento de Ciência Política e Administração Pública.

Andrade, Maria. 2006. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 7ª Edição. São Paulo: Atlas Editora.

Benedict, Ruth. 2000. *Padrões de cultura. Coleção vida e cultura*. Tradução de Alberto Candéias. Lisboa: Edição Livros de Brasil (LB).

Capinga, Jaime. 2005. *A imagem actual da PRM: caso de 7ª Esquadra da cidade de Maputo*. [Tese de Licenciatura em Ciências Policiais]. Maputo: ACIPOL – Michafutene.

Cusson, Maurice. 2007. *Criminologia*. 2ª Edição. Lisboa: Casa das Letras.

Cháuque, Vicente. 2011. *Análise estratégica do crime-estudo de caso do roubo de viaturas na cidade de Maputo*. [Monografia de Sociologia]. Maputo: UEM/Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

Brito, Luís de. 2002. *Os condenados de Maputo*. Maputo: Programa PNUD de Apoio ao Sector da Justiça.

Chea, Gabriel. 2015. *O contributo da Polícia da República de Moçambique na promoção da cidadania na cidade de Nampula – Moçambique, de 1998 a 2013*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas e Estudos Africanos]. Nampula: Universidade Pedagógica.

Durkheim, Émile. 1995. *As regras do método sociológico*. 6ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

Giddens, Anthony. 2001. “Crime e Desvio”. In: *Sociologia*. 6ª Edição, pp.205-225. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gove, Amaral. 2014. *Garantindo a ordem e segurança públicas: um estudo numa esquadra de Policia na cidade de Maputo*. [Monografia de Antropologia]. Maputo: UEM/Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

INE - Instituto Nacional de Estatística. 2007. *III Censo da população e habitação*. Maputo: Governo de Moçambique.

Macata, Nurdino. 2010. *50 Para a polícia e 50 para o ladrão: Representações sobre a polícia de protecção e gestão quotidiana do crime no bairro de Bunhiça-Matola*. [Monografia de Sociologia]. Maputo: UEM/Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

Malinowski, Bronislaw. 1978. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné - Melanésia*. São Paulo: Ed. Abril Cultural.

Maloa, Joaquim. 2012. *O lugar da desordem: um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique, na cidade de Lichinga*. [Dissertação de Mestrado em Sociologia]. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Mannheim, Karl. 1951. *Sociologia do conhecimento*. Vol. I. Porto: Rés Editora, Lda.

Merton, Robert. 1938. "Social structure and anomie". *American Sociological Review* 3: 672-682.

Mello, Milena. Toigo, Marceu e França, Almério. 2004. "A Percepção da comunidade sobre a Polícia Militar em Marília". *Revista de iniciação científica da FFC*, v. 4, nr.3.

MINT - Ministério do Interior. 2008a. *As lições do policiamento comunitário*. Maputo: Gabinete Central de Coordenação do PC.

MINT. 2008b. *Polícia da República de Moçambique. Dados estatísticos. Balanço anual*. Maputo: Comando da cidade de Maputo.

Mosse, Marcelo. 2006. *A corrupção no sector da justiça em Moçambique. Documento de discussão n.º3*. Maputo: Centro de Integridade Pública de Moçambique.

Minayo, Maria. e Sanches, Odécio. 1993. "Quantitativo – Qualitativo: Oposições ou complementaridades". *Cadernos de saúde pública*. 239-262.

Neild, Rachel. 1999. "From national security to citizen security: civil society and the evolution of public order debates." pp. 3-4. Montréal: International Centre for Human Rights and Democratic Development.

Oliveira, António. 2003. "A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira." *Caderno crh*. (38) 239-265.

OSISA e OFS/CVPI. 2012. *Avaliação do crime em Moçambique, recomendações para a diminuição da violência. Crime, violence prevention initiative*. Moçambique. Open Society Foundations.

Park, Robert. 1936. "Human ecology". *American Journal of Sociology*, 42 (1): 1-15

UNICRI. 2003. *Plano estratégico para a Polícia da República de Moçambique. Resultados dos inquéritos sobre vitimização e desempenho da polícia*. Maputo

PRSSFM. 2010. *Proposta de redimensionamento do sistema de serviços de forças e meios (SSFM) da PRM cidade da Matola*. Maputo: Comando Provincial de Maputo.

Quivy, Raimond. e Compenhoudt, Luc Van. 1995. *Manual de investigação em ciências sociais*. 2ª Edição. Lisboa: Gradiva.

Rousseau, Jean. 1754. *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Editora: Ridendo Castigat Mores. Brasil.

Silva, Edna. da e Menezes, Estera. 2001. *Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação*. 3ª Edição. Florianópolis: UFC

Velho, Gilberto. 1985. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 6ª Edição. Editora: Jorge Zahar. Rio de Janeiro.

## **Legislação**

Constituição da República de Moçambique (2004). Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei orgânica da PRM, nº 16/13, de 12 de Agosto. Maputo.

### Fontes eletrônicas:

D'Urso – Flávio Borges. 2001. *A manifestação pública, pancadaria e crimes*. Apud. JUS NAVGAVDI, textos selecionados. [jus.com.br/revista/textos](http://jus.com.br/revista/textos) (Acessado em 05 de Novembro de 2015).

Madeira, Ligia. 2003. *O retorno da cidade como objecto de estudo da sociologia do crime*. *Sociologias*, (9), 370-377. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?> (Acessado em 18 de Outubro de 2015).

Lemgruber, Julieta. 2001. *Violência Policial*. O globo. Disponível em: <http://www.escavador.com/pessoas/1829639>. (Acessado em: 10 de Maio de 2015).

Lores, Manuel; Malanga, Madalena; Gouveia Manuel e Madalena, Maria. 2008. *Factores que contribuem no aumento da criminalidade no seio da juventude no Município de Benguela*. Disponível em: <http://www.br.monografias.com/criminalidade-benguela/criminalidade-benguela2shtm>. (Acessado em 15 de Maio de 2015).

Oliveira, Cristiano. 2005. *Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: um enfoque da economia do crime*. Disponível em <http://www.ppgc.ufrgs.br/giacomo/arquivosdaromp/oliveira-2005.pdf>. (Acessado em 04 de Março de 2015).

Paixão, António. e Beato, Cláudio. 1997. *Crimes, vítimas e policiais*. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempocial/pdf/vol09n1/crimes.pdf>. (Acessado em: 04 de Março de 2015).

Paulino, Augusto. 2003. *Criminalidade global e insegurança local – o caso de Moçambique*. Disponível em: [www.uc.pt](http://www.uc.pt). (Acessado em 04 de Março de 2015).

Televisão Miramar. 2015. Notícias de 19 de Maio. Disponível em: [www.miramar.co.mz/](http://www.miramar.co.mz/) (Acessado no dia 24 de Maio de 2015).

Zaluar, Alba. 2004. *Tráfico de drogas, crime organizado, actores estatais e mercado consumidor: uma integração muito mais perversa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br). (Acessado em 14 de Maio de 2015).

# **ANEXO**

## ANEXO I: Guião de entrevistas para os residentes da Matola “A”

### *Perfil dos entrevistados*

- a) Nome (opcional)
- b) Idade
- c) Estado civil
- d) Nível académico
- e) Ocupação

Guião de entrevistas direcionado aos residentes do bairro da Matola “A” para auxiliar na recolha de dados sobre: Percepções sobre a manutenção da ordem e segurança pública no bairro da Matola “A”.

- 1) Alguma vez acompanhou ou ouviu falar sobre a ocorrência de casos de criminalidade neste bairro?
- 2) Que tipo de crimes tem ocorrido no seu bairro?
- 3) Alguma vez comunicou algum caso de crime, que ocorreu no seu bairro a polícia?
- 4) Que atitude a polícia teve em relação à queixa que apresentou?
- 5) Ficou satisfeito (a) com a forma como a polícia atendeu o caso?
- 6) Acha que a polícia tem capacidade para combater o crime no seu bairro?
- 7) Como é que a polícia deve trabalhar para melhorar o atendimento as pessoas no seu bairro?
- 8) Fala-se da colaboração da população com a polícia no combate a criminalidade. O que tem a dizer sobre este assunto?
- 9) Tem algo que acha pertinente que não foi abordado na nossa conversa que gostaria de partilhar?

NB: O item em a) é opcional devido à necessidade de garantir a confidencialidade dos nossos entrevistados e que eles também possam se sentir livres em ceder as entrevistas em anonimato, daí que antes de iniciar o trabalho tivemos a obrigação de informar quem somos e para que efeitos se destina o nosso trabalho.

## **ANEXO II: Guião de entrevista direcionado aos agentes da 1ª Esquadra da Matola.**

- 1) Quais são os crimes mais frequentes neste bairro?
- 2) Quais as dificuldades enfrentadas pela PRM na sua missão de garantir a ordem e segurança pública?
- 3) Qual é o nível de relacionamento entre a PRM e a população da Matola?
- 4) Que estratégias são adoptadas pela policia no combate a criminalidade? Tem surtido efeitos positivos?
- 5) Qual tem sido o perfil dos indiciados no cometimento de crimes?
- 6) Existe Conselho de Policiamento Comunitário (CPC) na cidade da Matola? Se sim.
- 7) Quantos CPC existem? e b) Como é que funcionam?
- 8) Temos acompanhado casos de policias que por vezes desencaminham-se das missões que lhes são incumbidas. A que se deve esse desencaminhamento?
- 9) Qual tem sido o nível de aderência da população aos serviços da policia?
- 10) Que tipo de crimes são participados a policia?
- 11) Que dias de semana tem se registado elevados índices de criminalidade e quais os motivos?
- 12) Que tipo de meios são usados para a manutenção da ordem e segurança pública?
- 13) No seu entender, quais as causas da criminalidade?
- 14) Tem algo por acrescentar que não foi abordado na nossa conversa que acha pertinente?

### **ANEXO III: Guião de observação da postura e presença policial na via pública**

- 1) Observar como é que o polícia se apresenta quando está em serviço no bairro da Matola “A”.
- 2) Observar a composição dos agentes escalados de serviço na Matola “A”.
- 3) Observar como é que agem os agentes da polícia perante uma pessoa suspeita de cometer crime.
- 4) Observar se existe diferença das actividades da força conjunta (polícia de protecção e de trânsito).
- 5) Observar os meios técnicos profissionais usados como auxilio na manutenção da ordem e segurança pública.

**ANEXO IV: Guião de observação da postura dos moradores da Matola “A”  
perante o trabalho da polícia**

- 1) Observar como é que os moradores se manifestam perante a polícia em serviço na via pública.
- 2) Observar o nível de aderência aos serviços policiais.
- 3) Observar o nível de aproximação ou confiança da população para com a polícia.

**ANEXO V: Lista dos entrevistados residentes da Matola “A”**

Nr	Nome	Idade	Estado civil	Nível académico	Ocupação	Data da entrevista
01	Vasco	60 anos	Solteiro	6ª classe	Trabalhador	30/08/2015
02	Mondlane	54 anos	Solteiro	8ª classe	Trabalhador	27/08/2015
03	Munguambe	52 anos	Casado	7ª classe	Empreendedor	15/08/2015
04	Santos	51 anos	Casado	10ª classe	Trabalhador	30/08/2015
05	Macandza	50 anos	Casado	9ª classe	Empreendedor	19/08/2015
06	Coana	50 anos	Solteiro	7ª classe	Desempregado	19/08/2015
07	Costa	48 anos	Casado	Tec. contabilidade	Contabilista	21/08/2015
08	Lucas	47 anos	Casado	12ª classe	Funcionário	30/08/2015
09	Chume	43 anos	Casado	8ª classe	Trabalhador	15/08/2015
10	Rui	42 anos	Casado	Licenciado	Funcionário	22/08/2015
11	Samuel	37 anos	Solteiro	8ª classe	Empreendedor	25/08/2015

12	Ossukamu	34 anos	Casado		Comerciante	21/08/2015
13	Joana	39 anos	Casada	6ª classe	Desempregada	15/08/2015
14	Lurdes	37 anos	Casada	10ª classe	Desempregada	15/08/2015
15	Lilia	23 anos	Solteira	12 classe	Estudante	04/09/2015

**ANEXO VI: Lista dos entrevistados agentes da PRM afectos na 1ª Esquadra da Matola**

Nr	Nome	Idade	Estado civil	Nível académico	Ocupação	Data da entrevista
01	Macuácuá	37 anos	Casado	Licenciado	Inspector da policia	04/09/2015
02	Chissico	54 anos	Solteiro	10ª classe	Inspector da policia	08/09/2015
03	Gilberto	43 anos	Solteiro	10ª classe	Sargento da policia	04/09/2015
04	Mauro	32 anos	Solteiro	10ª classe	Guarda da policia	08/09/2015